

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PIAUÍ

Thicyana Mara Veloso Silva (bolsista PIBIC/CNPQ), Luís Carlos Sales (Orientador, Depto. Fundamentos da Educação - UFPI)

Introdução

A presente pesquisa de iniciação científica tem como objetivo analisar a evolução das matrículas da rede pública estadual do Piauí, por meio da utilização dos microdados disponibilizados pelo MEC/INEP, procurando avaliar o processo de municipalização das matrículas no Estado do Piauí.

Metodologia

A metodologia da pesquisa envolveu dados de matrículas do Piauí compreendidos nos anos de 1997 a 2010, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). A extração dos dados foi realizada por meio do pacote estatístico SPSS. Para a realização da revisão bibliográfica, procedeu-se levantamento das principais fontes que abordam a temática matrículas educacionais.

Resultados e discussões

A nova matriz de financiamento da Educação brasileira passou a arrecadar 15% de alguns impostos e mais 15% do FPM (Fundo de Participação do Municípios) e do FPE (Fundo de Participação dos Estados). Essa arrecadação era dividida proporcionalmente entre as redes de ensino (municipal e estadual) de formas proporcional à quantidade de alunos matriculados. Portanto, devido a utilização desse critério de proporcionalidade, estabeleceu-se uma grande disputa por aluno do Ensino Fundamental. As matrículas do Ensino Fundamental passaram a ser objeto de municipalização ou alvo de disputa entre Estado e Município. Quando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) entra em vigor em 2007, o mecanismo de distribuição de recurso continua, a diferença é que ele passa a abranger todas as modalidades da educação básica.

Nesta pesquisa, foram analisadas todas as matrículas da Educação Básica no Piauí, e depois, separadamente, as matrículas da Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio do Piauí; dados esses da rede estadual e municipal. Os dados coletados correspondem ao período de 1997 a 2010, uma vez que o site não disponibiliza dados de anos anteriores.

Conclusão

A pesquisa revelou que o Fundeb trouxe mudanças importantes, especialmente por incluir no financiamento toda a Educação Básica, exceto a educação à distância. O referido fundo promove a redistribuição dos recursos vinculados à educação no âmbito de cada Estado. Na análise realizada, tomou-se como referência os estudos de Bassi e Fermino (2011), os quais afirmam que o Fundeb teve impacto positivo no processo de municipalização das matrículas do Ensino Fundamental, embora se observe que outros fatores, relacionados à legislação, também contribuíram para o referido processo de municipalização.

Apoio: CNPq.

Referências bibliográficas:

BASSI, Marcos Edgar. FERMINO, Phelipe Pires. **O atendimento à educação básica em Santa Catarina**: repercussões do fundef e do fundeb na matrícula pública. 2011. Disponível em: <http://nupefe.blogspot.com/2010/09/o-atendimento-educacao-basica-em-santa.html>. Acesso em: 20 jan. 2012.

_____. MEC/INEP. **Microdados**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em: 22 dez.2011.

Palavras-chave: Financiamento da educação. Matrículas. Municipalização.